



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**DÍLIA MARIA CASTRO REIS**

**SANTARÉM – PA**

**2024**

**DÍLIA MARIA CASTRO REIS**

**CAMPONESES DE VÁRZEA E O TRABALHO AGROEXTRATIVISTA NA  
COMUNIDADE SÃO CIRÍACO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Universidade Federal do Oeste do Pará– UFOPA,  
como requisito obrigatório para obtenção do título  
de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eneias Barbosa Guedes

**SANTARÉM – PA**

**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- R375c Reis, Dília Maria Castro  
Camponeses de várzea e o trabalho agroextrativista na Comunidade São Ciriaco  
/ Dília Maria Castro Reis. – Santarém, 2024.  
62 p.: il.  
Inclui bibliografias.
- Orientador: Eneias Barbosa Guedes.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em Geografia.
1. Camponeses – Agricultura familiar. 2. Trabalhadores rurais. 3. São Ciriaco (Comunidade) – Práticas espaciais. I. Guedes, Eneias Barbosa, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 338.8115

**DÍLIA MARIA CASTRO REIS**

**CAMPONESES DE VÁRZEA E O TRABALHO AGROEXTRATIVISTA NA  
COMUNIDADE SÃO CIRÍACO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Universidade Federal do Oeste do Pará, como  
requisito obrigatório para a obtenção do título de  
Licenciado em Geografia.

Conceito: 90

Aprovado em: 16/05 /2024

---

Prof. Dr. Eneias Barbosa Guedes- Orientador  
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Pauliana Vinhote dos Santos (1<sup>a</sup> avaliador)  
Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

---

Prof. Dr. Leandro Pansonato Cazula (2<sup>a</sup> avaliador)  
Universidade Federal do Oeste (UFOPA)



**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Aos **dezesesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro** realizou-se na Unidade Rondon do **Campus de Santarém** da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a apresentação pública do Trabalho de Conclusão do Curso desenvolvido pela discente **Dília Maria Castro Reis**, intitulado **“CAMPONESES DE VÁRZEA E O TRABALHO AGROEXTRATIVISTA NA COMUNIDADE SÃO CIRÍACO”**, sob orientação do Professor Doutor **Eneias Barbosa Guedes**, da Universidade Federal do Oeste do Pará. A banca avaliadora foi composta pelo (a) orientador (a) citado (a) e pelo (a) (s) Professor (a) (es) **Prof. Leandro Pansonato Cazula (Geografia-Ufopa) e Prof.ª Pauliane Vinhote dos Santos (Seduc/Pará)**". Após a análise do texto e defesa do TCC, os (as) avaliadores (as) deram o parecer na Ficha de Avaliação em anexo e deferiram pela ( X ) **aprovação** do TCC, resultando na nota **9,0**, para a autora. Proclamados os resultados pelo Coordenador da banca, foram encerrados os trabalhos e para constar, eu **Eneias Barbosa Guedes** lavrei a presente ata, que será assinada pelos autores do trabalho e pelos membros da banca examinadora.

**Autor (a):** Dília Maria Castro Reis

**Matrícula:** 2019009800

**Assinatura:** Dília Maria Castro Reis

**Orientador (a):** Eneias Barbosa Guedes

**Assinatura:** Eneias Barbosa Guedes

**Avaliador (a):** Leandro Pansonato Cazula

**Assinatura:** Leandro Pansonato Cazula

**Avaliador (a):** Pauliane Vinhote dos Santos

**Assinatura:** Pauliane Vinhote dos Santos

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela força para perseverar no decorrer desse anos.

Sentimento de gratidão as pessoas especiais que fazem parte da minha vida pessoal e acadêmica.

Agradeço à minha família que foi meu primeiro apoio para conseguir chegar ao final desta formação acadêmica. Primeiramente aos meus pais Rosalba Castro e Adelino Reis, que apesar da distância foram meus principais incentivadores.

Agradeço a todos os meus professores, que contribuíram imensamente para a minha formação, em especial ao meu orientador Eneias Guedes, pela paciência e missão de contribuir e construir coisas novas e desafiadoras na minha mente.

Aos colegas da caminhada acadêmica, que eu tanto admiro e que compartilharam comigo diferentes momentos ao longo desses anos. Aprendi muito com cada um, obrigada a todos, estar com vocês era sempre muito prazeroso.

Agradeço imensamente aos camponeses ribeirinhos da várzea, sobretudo aos comunitários de São Ciríaco, aos homens, mulheres, jovens e crianças que continuam na luta para manter seu modo de vida. Obrigada pelo acolhimento. A todos os comunitários participantes diretos e indiretos que aceitaram fazer parte da pesquisa, pela oportunidade de diálogo que possibilitou entender uma série de fatores essenciais para a construção deste trabalho, sem vocês esse trabalho não existiria. Deixo aqui registrado meu respeito e admiração a todos vocês e a todos os camponeses que habitam nessa imensidão de várzea.

## RESUMO

A presente monografia busca apresentar as principais práticas espaciais desenvolvidas pelas famílias agroextrativistas da comunidade São Ciríaco. A área de pesquisa está localizada no município de Santarém/PA, na mesorregião do Baixo Amazonas, e faz parte do PAE Urucurituba. A pesquisa volta-se para a compreensão das formas de realização do trabalho camponês da várzea. O estudo seguiu a abordagem qualitativa mediante revisão de literatura que tratam do tema; análise de documentos; e pesquisas de campo junto as famílias da comunidade. O grupo estudado está organizado e representada pela Associação Comunitária, a ACAPCSCU. A pesquisa indica que as práticas espaciais realizadas pelas famílias buscam manter a reprodução social na relação dos sujeitos com o meio geográfico mediante o trabalho agroextrativista. Dentre as atividades praticadas ganham destaque: a pesca, agricultura e a criação de animais. Contudo, a pesca é a principal atividade para o sustento das unidades domésticas familiar. Ademais, esses sujeitos contribuem na dinâmica da economia local, pois inserem na circulação mercantil, produtos do trabalho camponês extraíndo renda.

**Palavras-chave:** Camponês; Várzea; Pesca; Trabalho agroextrativista.

## **ABSTRACT**

This monograph seeks to present the main spatial practices developed by agroextractivist families in the São Cirático community. The research area is located in the municipality of Santarém/PA, in the Lower Amazonas mesoregion, and is part of the Urucurituba PAE. The research aims to understand the ways in which peasant work in the floodplain is carried out. The study followed a qualitative approach through a literature review that deals with the topic; document Analysis; and field research with families in the community. The group studied is organized and represented by the Community Association, ACAPCSCU. The research indicates that the spatial practices carried out by families seek to maintain social reproduction in the relationship between subjects and the geographic environment through agroextractive work. Among the activities practiced, fishing, agriculture and animal husbandry stand out. However, fishing is the main activity for supporting domestic family units. Furthermore, these individuals contribute to the dynamics of the local economy, as they insert products of peasant labor into commercial circulation, extracting income.

**Keywords:** Peasant; Floodplain; Fishing; Agroextractive work.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Elementos que compõem a drenagem, o relevo e a vegetação da várzea.....	22
Figura 2: Estrutura do uso do meio geográfico na várzea.....	23
Tabela 1: PAEs no Baixo Amazonas, estado do Pará.....	28
Mapa 1: Localização dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Baixo Amazonas.....	31
Mapa 2: PAE Urucurituba com a localização das comunidades.....	34
Figura 3, 4 e 5: dinâmica dos diferentes períodos nas áreas de várzea.....	35
Figura 6- Imagem de São Ciríaco, padroeiro da comunidade.....	38
Figura 7- Bases da organização comunitária.....	40
Figura 8- Reunião comunitária.....	42
Figura 9- Mutirão comunitário da .....	44
Figura 10- Embarcação de atendimento médico.....	45
Figura 11- Embarcações utilizadas na atividade da pesca.....	47
Figura 12: Fluxo esquemático de comercialização do pescado em São Ciríaco .....	48
Figura 13- Pescador fazendo uso da tarrafa para a captura do peixe.....	50
Figura 14: Preparação da terra para o início do plantio.....	52
Figura 15 e 16: Colheita de cebola feita por familiares e vizinhos para a comercialização.....	53
Figura 17 e 18: Estratégias para a prática da agricultura.....	55

## LISTA DE SIGLAS

ACAPCSCU	Associação Comunitária de Agricultores, Pescadores e Criadores de São Ciríaco do Urucurituba
APRUSAN	Associação dos Produtores Rurais de Santarém
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PU	Plano de Utilização
SPU	Superintendência de Patrimônio da União
TCT	Termo de Cooperação Técnica
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: CAMPESINATO DA VÁRZEA AMAZÔNICA.....</b>	<b>16</b>
1.1 Camponês: concepções e abordagens.....	16
1.2 A Várzea amazônica.....	20
1.3 As comunidades de várzea.....	23
<b>CAPÍTULO 2: CRIAÇÃO DOS PAES NA VÁRZEA AMAZÔNICA.....</b>	<b>26</b>
2.1 Estratégias políticas para regularização fundiária.....	26
2.2 PAE Urucurituba.....	32
<b>CAPÍTULO 3: PRÁTICAS ESPACIAIS NA COMUNIDADE SÃO CIRÍACO.....</b>	<b>37</b>
3.1 Comunidade São Ciríaco: um breve histórico da sua formação.....	37
3.2 Organização política e social.....	39
3.2.1 Sobre a ACAPCSCU.....	40
<b>CAPÍTULO 4: O TRABALHO AGROEXTRATIVISTA NA VÁRZEA.....</b>	<b>46</b>
4.1 A pesca artesanal: base econômica e de subsistência nas comunidades de várzea.....	46
4.2 Agricultura camponesa na várzea.....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>61</b>

## INTRODUÇÃO

A presente monografia aborda o campesinato de várzea e o trabalho agroextrativista desenvolvido por unidades familiares da Comunidade São Ciríaco. O grupo estudado está localizado à margem esquerda do rio Amazonas, Microrregião de Santarém, Mesorregião do Baixo Amazonas Paraense, município de Santarém, estado do Pará-Brasil.

A comunidade está inserida no interior da área que compõe o Projeto de Assentamento Agroextrativista Urucurituba (PAE-Urucurituba), juntamente com seis outras comunidades. São Ciríaco possui aproximadamente 100 famílias que se reproduzem pelo trabalho na atividade da pesca, agricultura, criação de animais e do extrativismo florestal da várzea. As famílias têm o rio como principal meio de circulação e acesso a outros lugares mediante o uso de embarcações para navegação fluvial.

As unidades domésticas possuem formas peculiares de interação com natureza, e se desenvolvem mediante atividades diversas no meio geográfico. São práticas espaciais que ocorrem por realizações do trabalho e hábitos adotados na apropriação e uso dos bens naturais. Tais práticas influenciam nas estratégias de produção e reprodução social.

A questão ou problema que se impõe a essa pesquisa é o seguinte: quais as práticas de trabalho adotadas pelas famílias da comunidade São Ciríaco para a reprodução e permanência do modo de vida no meio geográfico da Várzea? Partindo da aparência imediata, os aspectos do visível indicam práticas que partem da dimensão do trabalho extrativista que dinamizam a economia local.

São atividades de trabalho desenvolvidas para o autoconsumo e a geração da renda familiar. Tal atividade tem a natureza como meio para a extração de recurso que buscam atender as necessidades básicas para existência reprodutiva da população e se manter no território por relações sociais que garantam o bem estar dentro do grupo comunitário.

Para tanto o objetivo geral, constitui-se em compreender as dinâmicas do trabalho agroextrativista dos sujeitos da comunidade de São Ciríaco, e o modo de vida das famílias camponesas.

A partir desse objeto foram construídos três objetivos específicos: compreender o processo de ocupação da área estudada e o uso do território;

analisar organização política e as estratégias de reprodução do grupo investigado; identificar as atividades desenvolvidas pelas unidades familiares para a geração de renda.

Buscando alcançar o objetivo do trabalho, a abordagem utilizada foi a pesquisa qualitativa, pois busca entender as dinâmicas do modo de vida dos camponeses ribeirinhos de São Ciríaco, bem como suas relações políticas, sociais e econômicas.

Os procedimentos do estudo foram desenvolvidos a partir de três fundamentos: pesquisa bibliográfica, análise de documento e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica se deu através de leituras de livros, teses, artigos, dissertações de autores que abordam a temática proposta.

A análise documental para entender sobre o processo de criação dos projetos de assentamentos agroextrativistas, foi feita a partir de levantamentos e publicações do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, os documentos foram: o Plano de Utilização do PAE Urucurituba, o Projeto Básico de Desenvolvimento do Assentamento Agroextrativista Urucurituba, além do Relatório Geral de Assentamentos da Superintendência Regional de Santarém-SR 30. No que tange a organização política e social da comunidade, foi utilizado dados a partir do Estatuto Social da Associação Comunitária ACAPCSCU, em vigor desde 02/06/2007 até os dias atuais.

A pesquisa de campo se deu a partir da realização de trabalhos de campo *in locus*. A primeira atividade ocorreu entre os dias 19 a 21 de agosto de 2023, com objetivo de solicitar autorização para os comunitários. Na ocasião ocorreu a reunião formal no barracão comunitário. Na referida reunião pescadores estavam tratando do assunto relacionados ao seguro defeso.

Estiveram presentes lideranças comunitárias, a coordenação local do núcleo de base da Zona de Pesca Z-20 juntamente com vários comunitários. Durante a reunião foi explanado pela pesquisadora os objetivos da pesquisa, as técnicas e procedimentos de coleta de dados, bem como a presença frequente nas atividades da comunidade e visita nas residências.

Também foram informados sobre a participação voluntária dos comunitários que aceitassem participar da pesquisa. Durante a pesquisa de

campo foi possível realizar conversas informais com algumas lideranças da comunidade, como a representante local da Z-20 e o vice-presidente da associação comunitária.

A segunda atividade de campo ocorreu dos dias 16 a 27 de setembro de 2023, os primeiros dias que passei na comunidade percorri algumas casas e foi possível construir aproximações com alguns comunitários, que me permitiram a observação das interações sociais e do cotidiano de trabalho.

A coleta de dados ocorreu nos dias 20 a 25 de setembro, na qual ocorreu a aplicação do questionário, com a permissão dos entrevistados, para isto foram utilizados instrumentos como: caderno de anotações e registros fotográficos.

A terceira atividade em campo aconteceu nos dias 16 a 18 de dezembro de 2023, para participar de uma noite cultural (no dia 16) realizada pela escola em parceria com a comunidade, cujo tema foi: “Escola São Ciríaco”: resgatando e valorizando a cultura local”. A realização dessas atividades tem importância porque busca a preservação e valorização das tradições que perpassam as gerações.

Apresento a pesquisa organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitulado: “Campesinato na várzea amazônica”, faz-se uma reflexão acerca das concepções do conceito de camponês, ainda neste capítulo buscamos apresentar as principais características do ambiente de várzea, bem como as comunidades ribeirinhas se organizam nesses ambientes, dentro do contexto amazônico.

O segundo capítulo trata-se um breve apanhado do processo de criação dos projetos de assentamentos agroextrativistas, corroborados com a questão fundiária nas áreas de várzea.

O terceiro capítulo, discorro sobre as práticas espaciais realizadas na comunidade São Ciríaco, abordando sua origem, modos de organização para se manter no local, com foco na Associação Comunitária.

Por fim, o último capítulo tratou especificamente das práticas agroextrativistas desenvolvidas pelos moradores. O destaque foi para compressão do trabalho produtivo familiar e a geração da renda.

## **CAPÍTULO 1: CAMPESINATO DA VÁRZEA AMAZÔNICA**

Neste capítulo apresento reflexões acerca do conceito do camponês. O conceito em questão é pertinente para compreender as unidades familiares que se reproduzem pelo trabalho no meio geográfico de planície de inundação, Várzea. Estar-se inferindo que a teoria do campesinato oferece “ferramentas” teóricas necessárias para compreender as estratégias de reprodução das unidades domésticas no meio geográfico estudado. Para discorrer sobre o assunto, buscou-se leituras em autores que discorrem sobre o tema para debater as questões postas no mundo contemporâneo.

Ainda nesta sessão do texto, discorreremos sobre as principais características do meio geográfico de várzea, bem como as organizações comunitárias construídas no curso da história pelos camponeses que habitam esses lugares singularizados.

### **1.1 Camponês: concepções e abordagens**

No atual contexto o debate sobre a questão agrária tem ganhado destaque. Muito se tem indagado acerca do conceito de camponês e do campesinato. Para construção do entendimento desse conceito, é preciso levar em conta o campo de forças políticas e sociais que homens e mulheres estão inseridos.

Diferentes teóricos têm buscado elementos para construção do conceito de camponês. Esses sujeitos encontram-se imbuídos em um jogo de força política e sociais que pode ser entendido como problematização das formas de expansão do capitalismo para o campo.

Para Shanin (2008), o camponês desenvolveu ao longo do tempo estratégias de lutas frente as formas de subordinação do capitalismo. Mesmo sendo parte integrante desse sistema, o camponês não interioriza sua lógica no seu processo de produção.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p 25.)

O autor entende, que o camponês é um sujeito que produz e reproduz o campesinato visando garantir a recriação social da unidade familiar, contribuindo com a subsistência e renda da família. Assim, sendo uma estratégia de resistência frente às imposições das forças coercivas contemporâneas, sobrevive com suas particularidades frente ao capitalismo, dependendo dos interesses e das suas necessidades, ele modifica sua produção, incorporando a racionalidade capitalista, mas recriando a sua própria racionalidade em virtude da garantia de continuidade da reprodução social da família, da posse da terra, da água e da floresta em busca da manutenção do seu modo de vida.

Em sentido semelhante, Chayanov (1981) se baseia na existência de um modo de produção doméstico camponês, ou seja, teoriza os sistemas econômicos não capitalistas. O autor estudou as características internas da unidade de produção camponesa, mostrando sua existência dentro do modo capitalista de produção. Segundo o autor, o campesinato é a maior forma de produção agrária baseada em uma forma não capitalista.

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1981, p. 38).

Na visão do autor, o campesinato, não é apenas o trabalhador na unidade camponesa, mas também é proprietário dos meios de produção, assim, ele buscará sempre a melhoria e a otimização da produção, buscando ampliar a renda familiar sem explorar o trabalho alheio, o que a difere diretamente da empresa capitalista, que tem como objetivo o lucro. Por exemplo, o tempo do

camponês é um tempo lento, diferente do tempo da produção capitalista, tempo de quem visa o lucro e tem pressa, o tempo do camponês é o tempo da natureza.

Para Witkoski (2007), o camponês amazônico, possui uma singularidade em face das demais categorias do campesinato brasileiro, que é o trabalho simultâneo com os elementos terra, água e floresta. Para o autor, é o ambiente de trabalho que torna o sujeito que vive no interior da Amazônia como agricultor (fazendo uso terra para o plantio), extrativista vegetal (extrai da floresta de produtos vegetais) e extrativista de produtos animais – pesca (fazendo uso da água). Nesse chamado campesinato amazônico, há uma diversificação de atividades que os grupos familiares desempenham. As populações que residem na várzea e que estão diretamente ligadas ao rio, mas que ao mesmo tempo são parte de um todo e atuam para além das águas, cultivam o solo com suas plantações, realizam caça e coleta de produtos da floresta. Nesta perspectiva, os camponeses podem ser caracterizados como pluriativos, pois baseiam-se nas práticas extrativistas e agroextrativistas, tendo o conjunto terra-floresta-água como bens indispensáveis à subsistência.

Em termos mais consensuais, é necessário observar o conceito do camponês a partir da produção capitalista no campo. Cruz (2007) entende que para compreender os camponeses- ribeirinhos na várzea amazônica, é necessário observar o interior do desenvolvimento capitalista no campo, fundamentando-se no processo de monopolização do território, na qual o capital monopoliza o território sem que ocorra a sua territorialização. Ou seja, o capitalismo se expande de maneira antagônica, sem expropriar os camponeses, mas transformando as territorialidades que configuram seu modo de vida.

No entendimento de Cruz (2007), as comunidades de várzea, enquanto agrupamento agrário, são lugares onde se estabelecem relações de vizinhanças e parentescos, fundamentados na reciprocidade da cooperação e da solidariedade, uma vez que a sobrevivência de uma unidade familiar está associada à unidade familiar do próximo. As relações de vizinhança, de parentesco e o sentimento de pertencimento ao lugar são particularidades que evidenciam o sentimento e a identidade do camponês ribeirinho ao lugar que estes ocupam.

Para Mendonça et al. (2007) e Silva et al. (2011), os camponeses-ribeirinhos amazônicos convivem em constantes laços comunitários e trocas de experiências vivenciadas, atreladas à apropriação e ao uso dos recursos naturais, extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes, que se perpetuam na organização social. A produção é organizada com base nas relações de parentesco, e planejada de acordo com as necessidades de consumo da família. A unidade doméstica mantém relações com o mercado e sua renda é gerada por meio da comercialização dos recursos naturais, extrativos e agrícolas (LIMA, 2006).

Para a compreender as práticas sociais do camponês é fundamental o reconhecimento dos estudos de Neves (2009). A estudiosa põe em destaque as formas de enquadramento da reprodução política e social em relação a denominação dos ribeirinhos “habitantes de várzea”.

Por ribeirinhos, a categoria permite compreender que a materialidade produtiva de homens e mulheres, em suas relações com a natureza e com eles mesmos, ultrapassam o sentido da localização ou habitat ao qual geralmente a categoria ribeirinha é identificada. Como bem afirma a autora, é um conjunto de homens e mulheres poliprodutores que constroem a vida por meio da pesca e extração de recursos florestais, mas também a partir da agricultura de várzea, vivendo e trabalhando em ambientes na beira de rios e lagos, com um modo de vida que lhes é próprio.

Para a autora os ribeirinhos estão organizados em comunidades entendidas como unidade territorial politicamente constituída pelo ideário da solidariedade e da redistribuição fraterna ou vicinal. Neves (2009, p 69) assevera: “é preciso reconhecer sua capacidade de produzir instrumentos para tornar eficaz sua relação com o meio; é preciso ainda entender os padrões de comportamento socialmente transmitidos que embasam essas comunidades humanas, do ponto de vista do embasamento físico, ambiental e biológico”.

A autora ainda ressalta que os ribeirinhos, pela relação com os recursos naturais, são portadores de saberes, técnicas, estratégias e alternativas peculiares que são próprias desses habitantes.

Por essa relação com os recursos naturais, são portadores de saberes, técnicas, estratégias e alternativas peculiares à convivência com tal forma de sazonalidade [...] As respostas dos habitantes de várzea são

questões e aos problemas ambientais – que suscitaram soluções e adaptações – revelam a consciência que eles têm das possibilidades e dos limites de organização da vida social [...]Estão dotados de saberes para gerir constrangimentos porque, aprendendo a geri-los, construíram sua relativa liberdade em relação à natureza, elaboraram meios de adaptação a esse ambiente ecológico, romperam barreiras fundamentais, transformando a terra sucessivamente inundada em seu habitat (NEVES, 2009, p. 68-71).

A partir das visões acima apresentadas, entende-se, portanto, que os camponeses ribeirinhos da Amazônia são sujeitos que desenvolvem múltiplas atividades. São por vezes: pescadores artesanais, agricultores familiares, pequenos criadores de animais, extrativistas de produtos da floresta que buscam assegurar sua organização social, política e econômica através do fortalecimento do trabalho familiar, bem como para comercialização de excedentes da produção.

## **1.2 A Várzea amazônica**

Dentre as características que marcam a paisagem amazônica, a água é fator em destaque. É meio geográfico que apresentar rios, igarapés, lagos, paranás, córregos e furos que se estendem e percorrem por dezenas, centenas e milhares de quilômetros. Já destacou Macgrath (2011), essa região dominada pelos lagos de vasta extensão, interligados com rede de canais, formam a várzea amazônica.

Como no Brasil, não há um conceito claro sobre a várzea, os estudiosos que se dedicam ao estudo desse ecossistema, optam por adotar terminologias científicas que englobam aspectos como: a cobertura vegetal, o tipo de água e tempo de inundação. Desta forma, a várzea é considerada uma planície de inundação periodicamente inundada por ciclos regulares dos rios de águas brancas, ricas em sedimentos. Essa planície apresenta uma grande diversidade de árvores grandes e de rápido crescimento (SURGIK, 2005).

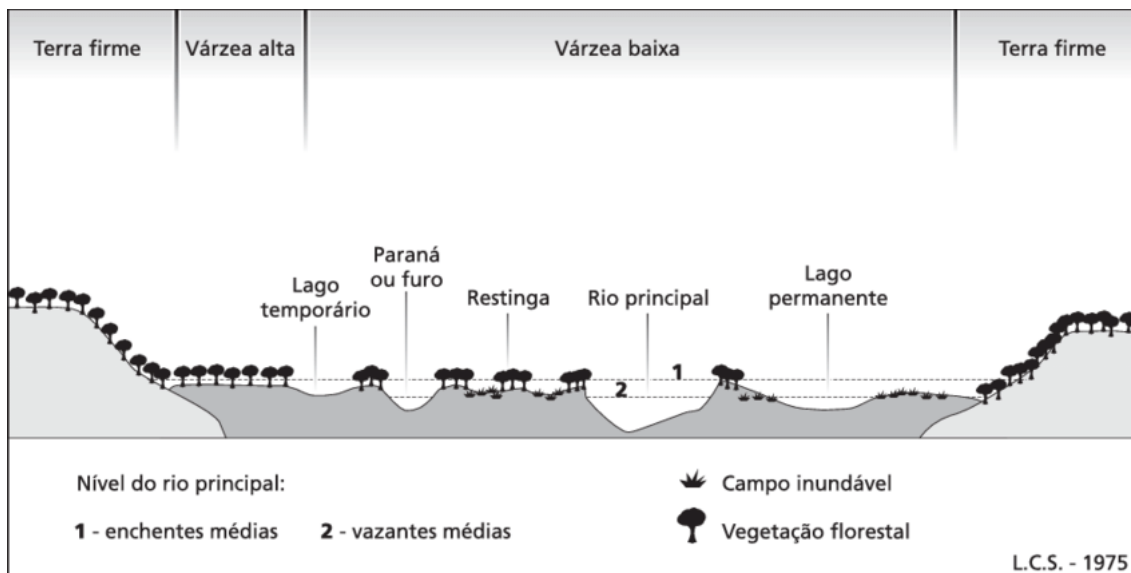
As áreas de várzea possuem singularidades por conta do regime de inundação dos rios, cuja sazonalidade influencia todo o ecossistema. As águas que inundam por meses as áreas de várzea, transportam sedimentos que renovam a fertilidade do solo. Essa dinâmica modifica a forma do ambiente de

várzea, uma vez que a deposição de sedimentos nessas áreas ocorre de forma desigual, resultando em ambientes não homogêneos, essas alterações podem ser notadas na forma do relevo e na sua formação arbórea. Assim, a geomorfologia, apresenta a várzea em alta e baixa. A várzea alta sofre inundação por um período curto, desta forma é inundada quando a cheia atinge seu pico máximo. Já a várzea baixa é inundada por um período mais longo. (SURGIK,2005).

Quanto às formações arbóreas da várzea, a autora distingue esta formação em: floresta de restinga e chavascal. Onde a primeira caracteriza-se por localizar-se nas áreas de terras mais altas e possuir maior diversidade de espécies, áreas basal e maior quantidade de árvores. A segunda, possui uma vegetação baixa, arbustiva, pantanosa e quase impossível de ser alterada durante a seca, essas áreas são comuns em lagos, canais e rios.

As áreas de várzea do Baixo Amazonas, que se estende entre os Estados do Pará e Amazonas até a foz do Rio Xingu, é formada por quatro principais tipos de ambientes: os paranás, que cortam a várzea, formando ilhas; a restinga, que cortam a ilha; os campos alagados, que formam a margem do rio e os lagos permanentes, que ocupam o interior das ilhas. Os ribeirinhos utilizam todos esses ambientes. Os paranás são utilizados para o transporte e para a pesca durante as migrações sazonais de algumas espécies de peixe; os ribeirinhos moram e cultivam suas roças nas restingas, a parte mais elevada da várzea; os campos inundados são utilizados principalmente para a pastagem no verão, enquanto os lagos são unicamente para a pesca (MCGRATH,1993).

**Figura 1**-Elementos que compõem a drenagem, o relevo e a vegetação da várzea.



Fonte: BENATTI (2005)

Quanto ao regime fluvial, as áreas de várzeas do rio Amazonas apresentam quatro períodos distintos: a enchente (processo de subida das águas); a cheia (nível máximo das águas); a vazante (descida das águas), e a seca (nível mais baixo das águas). Esses períodos se dividem ao longo do ano na seguinte forma: fevereiro, março e abril são marcados pela enchente; junho e julho caracterizam-se pela cheia do rio; agosto e setembro inicia-se a vazante, onde o nível dos rios começa a descer; nos meses de novembro a janeiro é o período da seca (PEREIRA, 2007).

Os diferentes períodos influenciam diretamente no modo de vida dos ribeirinhos que vivem nessas áreas, estes criam estratégias de trabalho que estão em sintonia com as características das áreas em que habitam, uma vez que esses períodos modificam a paisagem, alterando as formas que os terrenos podem ser utilizados. Assim, há uma relação indissociável entre as características ecológicas das várzeas, as relações sociais e os modos de produção e de consumo desenvolvidos pelos ribeirinhos (CANTO, 2007).

Para Fraxe, Witkoski e Miguez (2009), essa relação do ribeirinho com o rio é interligada por uma proximidade física, a qual inclui a satisfação das

necessidades básicas para sua sobrevivência, associadas às questões simbólicas do espaço, elementos culturais e históricos que produzem um modo de vida particular.

### 1.3 As comunidades de várzea

As comunidades da várzea amazônica são constituídas por áreas de uso comum distribuídas ao longo dos rios nos ambientes de restinga, campos e lagos. Nas restingas estão estabelecidas as casas, a igreja, a escola, os campos de sedes dos clubes de futebol, o posto de saúde e os roçados das famílias, nesse ambiente são desenvolvidas as atividades de uso individual/familiar, especificamente a família “dona” da área usufrui dos bens naturais e da produção que estão na sua propriedade. As áreas de uso comum são os bens naturais que não estão sujeitos a apropriação individual/familiar, como os campos, a floresta, os rios, os lagos e igarapés, como demonstra a figura 2. Conforme Treccani (2005), o uso dos recursos naturais determina a identificação dos limites do imóvel de cada família.

**Figura 2** – Estrutura do uso do meio geográfico na várzea.



Fonte: pesquisa de campo da autora, 2023

A figura 2 representa a estrutura de organização no uso do território nas áreas de várzeas. Nas proximidades das casas, nos quintais, são desenvolvidas as atividades de uso familiar/individual, esses espaços são utilizados para a produção de roças e criação de pequenos animais, atrás das casas localizam-se as áreas de uso coletivo, que são matas utilizadas para a extração de lenha, os campos, local que se pratica a pecuária e os lagos.

Devido as diferentes formas de ocupação das áreas de várzea, surge a necessidade de se pensar categorias de regularização fundiária que possa abranger a diversidade dos modos de uso desses espaços. Para Treccani (2005), no que respeito a regularização fundiária, as variadas formas de utilização das áreas de várzea na Amazônia se apresentam como desafiadoras para o Poder Público e as populações tradicionais, uma vez que apresentam questões complexas à titularidade pública ou privada dos terrenos, conflitos de interesses para o uso da terra e dos recursos naturais e a ação governamental relacionada aos aspectos econômicos das atividades e manejo sustentável.

Assim, o uso da terra em áreas de várzea, requer o seguimento de estratégias que garantam a sustentabilidade desses bens, como por exemplo: o uso excessivo das áreas para a criação de gado pode gerar impacto na pesca, com o declínio de algumas espécies e na agricultura, com a degradação do solo para o cultivo. Para isto, Cardoso (2019), aponta a importância que têm nas comunidades ribeirinhas a criação de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), como “modelo de regularização das áreas”.

O projeto Agroextrativista da várzea é um modelo de assentamento destinado a populações tradicionais, que visa a extração dos recursos naturais por meio de atividades sustentáveis. De acordo com a proposta do PAE, as áreas que fazem parte do assentamento são administradas pela própria população assentada por meio de sua forma organizativa.

O principal regulamento a ser seguido para o uso sustentável das áreas de várzea é o Plano de Utilização (PU). Trata-se de um documento de regulamento interno elaborado pelos moradores das comunidades e aprovado pelo INCRA para a devida utilização das áreas. É, portanto, um documento formal que regulamenta o uso dos recursos naturais de acordo com a legislação vigente. O PU serve para seguir o modelo de ocupação das populações

tradicionais; preservar a biodiversidade; garantir acesso as políticas públicas; introduzir sistemas de manejo e recuperação de áreas degradadas; e para a regularização das áreas de várzea (concessão de uso).

Para isto, adota uma estrutura que se divide em X capítulos, e se organiza da seguinte forma: capítulo I: finalidade do plano; capítulo II: estratégias para a exploração dos recursos naturais; capítulo III: direitos e responsabilidades na execução do plano; capítulo IV: intervenções agroextrativistas; capítulo V: intervenções na fauna e flora; capítulo VI: intervenções no subsolo; capítulo VII: intervenções no turismo e artesanato, no tratamento de resíduos sólidos; capítulo VIII: gestão e fiscalização do PAE; capítulo IX: penalidades, capítulo X: disposições gerais

## **CAPITULO 2: CRIAÇÃO DOS PAES NA VÁRZEA AMAZÔNICA**

Este capítulo discute sobre o processo regularização fundiária nas áreas de várzeas no Baixo Amazonas paraense. A criação dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas foi resultado de inúmeras ações das populações tradicionais, que buscaram junto Poder Público os instrumentos jurídicos regulatórios e as políticas públicas para o processo de regularização fundiária.

### **2.1 Estratégia política para a regularização fundiária na várzea**

Ao longo do processo da ocupação humana na Amazônia brasileira, a várzea desempenhou e desempenha um papel central no processo de formação territorial e econômica. Até a década de 1970, quando a malha rodoviária começou a ser construída, a população amazônica se concentrava na várzea e nas margens dos principais rios (McGrath e Gama, 2005). Apesar da sua importância para a região, a regularização de terras de várzea sempre foi ambígua (BENATTI, 2005).

Para o Poder Público, a regularização fundiária das áreas de várzea na Amazônia é um desafio, uma vez que apresentam questões relativas à titularidade pública ou privada dos terrenos, conflitos de interesses para o uso e destinação e a ação governamental relacionada aos aspectos econômicos das atividades e manejo sustentável dos bens naturais.

Na várzea amazônica, as terras são consideradas um bem público de domínio da União, ficando sob a responsabilidade da Superintendência de Patrimônio da União-SPU. Pelo fato da dominialidade ser pública, não há transferência de domínio na área de várzea, a única forma de garantir a regularização destas áreas, é através da concessão destas terras para o uso

coletivo ou individual. Sendo área de domínio patrimonial permanente da União, não podem ser vendidas, sendo permitida a concessão de direito uso.

A ausência da documentação de propriedade da terra impulsionou os moradores dessas áreas a buscarem junto ao Poder Público a regularização fundiária. Assim sendo, no final da década de 90, deu-se os primeiros passos no processo de regularização fundiária da várzea, a SPU em parceria com o INCRA e a Prefeitura de Santarém, iniciou um projeto-piloto para discutir a regularização fundiária na Região do Baixo Amazonas e fomentar a participação comunitária no manejo dos bens naturais da várzea.

O projeto teve por finalidade levantar subsídios para definir um procedimento específico para regularizar as terras de várzea do rio Amazonas e seus afluentes. Com base neste projeto foi criado pelo INCRA o Projetos de Assentamento Agroextrativistas PAE.

O PAE é uma modalidade especial de assentamento, previsto na Portaria do INCRA de número 268, de 23 de outubro de 1996. Nessa modalidade, as atividades sociais e econômicas das populações, entendidas pelo Estado como tradicionais, são baseadas na extração de bens naturais, sustentabilidade e participação coletiva nas decisões sobre as formas de uso. As atividades desenvolvidas nesse tipo de assentamento é o extrativismo de produtos da floresta e dos rios. Tais áreas, de domínio público, serão administradas pelas populações assentadas através de sua forma organizativa, que receberá a concessão de direito real de uso (INCRA, 1996, p. 5).

No caso das populações ribeirinhas de várzea, o PAE é criado em área ocupada por famílias já estabelecidas nas planícies de inundação, diferente de outras modalidades de assentamentos em terra firme, a exemplo do Projeto de Assentamento (PA). Neste ocorre o deslocamento de famílias para a área destinada ao recém PA criado.

O PAE, das áreas de várzea, tem como objetivo regularizar áreas ocupadas familiarmente com a criação do assentamento, ou seja, regularizar as terras das famílias, que já vivem e se reproduziam pelo trabalho em uma determinada área com suas organizações comunitárias, respeitando as suas formas de uso e apropriação dos recursos naturais locais.

Contudo, o processo de regularização das áreas de antiga ocupação na várzea deve considerar dois fatores básicos: 1) a integridade ecológica do conjunto de ambiente de várzea (solo, cobertura vegetal e recursos hídricos); 2) os diferentes padrões de apossamento e uso dos recursos naturais (BENATTI, 2005).

Dessa forma, a criação do PAE na várzea abrange não apenas as áreas utilizadas para atividades agrícolas, mas todo sistema de campos naturais, lagos e rios e furos, incluindo tanto pequenas como grandes áreas de posses. Mas, o projeto considera apenas os habitantes de pequenas posses como beneficiários da política de assentamento (MCGRATH, 2011).

Para o procedimento da regularização fundiária da área ocupada por famílias ribeirinhas, a comunidade precisa ser representada por uma associação de moradores, legalmente constituída. As famílias da área de várzea são beneficiadas pela política de regularização fundiária, mediante a concessão do direito real de uso e regulamentado pela associação comunitária de cada grupo junto ao conselho gestor do PAE.

Para dá celeridade ao processo de regularização fundiária nas áreas de várzeas, os órgãos que tem jurisdição sobre as terras, SPU e INCRA, iniciaram a celebração de um Termo de Cooperação Técnica (TCT), estabelecendo as principais premissas seriam: o respeito às diferenças regionais; a proteção às populações ribeirinhas e tradicionais e ao meio ambiente; a adequação de instrumentos jurídicos às realidades socioambientais; a aplicação de gestão compartilhada dos recursos naturais com a participação efetiva da população local na definição das regras de uso; o sistema fundiário de uso do solo e observância da utilização dos recursos hídricos (natureza jurídica híbrida); e a regularização coletiva, como modelo preferencial de forma a garantir o foco na cessão de uso dos recursos e não na cessão das áreas (CARDOSO, 2019).

O objetivo desse termo de cooperação era identificar as situações possessórias existentes sobre as áreas arrecadadas por processos administrativos discriminatórias, assim como naquelas caracterizadas como terreno de marinha, seus acréscidos ou de várzea, com vistas à implementação de ações de regularização fundiária como a criação dos PAE, ou outras

modalidades adequadas ao ecossistema amazônico, destinados às comunidades tradicionais locais.

Em 2006, após estudos preliminares do INCRA, junto com as lideranças das comunidades, Colônia de Pescadores, Pro-Várzea, IPAM, Sindicato Rural e Secretaria do Patrimônio da União, foi decidida a criação dos assentamentos na modalidade PAE na região da várzea do Baixo Amazonas paraense.

De acordo com os dados do INCRA, em 2006, foram criados mais 45 PAEs em nove (9) municípios do Baixo Amazonas, regularizando aproximadamente 740 mil hectares de áreas públicas. Entre esses PAE, 15 estão incluídos em áreas de várzea, com uma área total de 333.994 hectares, que envolvem cerca de 4.355 famílias. Essas famílias, em sua maior parte, estão localizadas no município de Santarém. Os PAE's representam a principal estratégia de regulamentação fundiária nas áreas de várzea.

**Tabela 1: PAEs no Baixo Amazonas, estado do Pará**

<b>NOME DO PROJETO</b>	<b>AREA (Ha)</b>	<b>CAPAC. DE FAMILIAS</b>	<b>ASSENTADOS</b>	<b>CRIAÇÃO</b>
<b>ALENQUER</b>				
PAE SALVAÇÃO	19.000,00	130	126	20/10/2006
PAE ATUMÃ	33.500,00	500	474	23/10/2006
PAE MISSIONÁRIO RUFINO	6.724,64	100	73	28/11/2005
SUB TOTAL	59.224,64	730	673	
<b>BELTERRA</b>				
PAE ARAMANAÍ	3.667,06	181	180	19/12/2006
PAE PINDOBAL	7.072,04	280	164	19/12/2006
SUB TOTAL	10.739,10	461	344	
<b>CURUA</b>				
PAE MADALENA	15.850	500	487	08/11/2006
PAE SÃO PEDRO	14.400	150	60	24/11/2006
PAE VALE DO SALGADO	18.596	280	215	28/11/2005
SUB TOTAL	48.846	930	762	
<b>JURUTI</b>				
PAE PARANÁ DONA ROSA	23.800	330	184	13/12/2006
PAE SANTA RITA	12.700	150	147	13/12/2006
PAE VALHA-ME DEUS	5.100	200	109	13/12/2006
PAE SALÉ	44.300	350	334	13/12/2006
PAE BALAIO	21.000	210	118	13/12/2006
JURUTI VELHO	109.55	1998	1994	10/11/2005
SUB TOTAL	117.855	3.238	2.886	
<b>MONTE ALEGRE</b>				
PAE CUÇARU	2.360	220	219	13/10/2006
PAE NAZARÉ	2.060	180	180	13/10/2006
PAE CURRALINHO	400	40	37	06/10/2006
PAE CUJEIRAS	600	120	92	13/10/2006
PAE COSTA DO AMAZONAS	4.800	160	151	13/10/2006

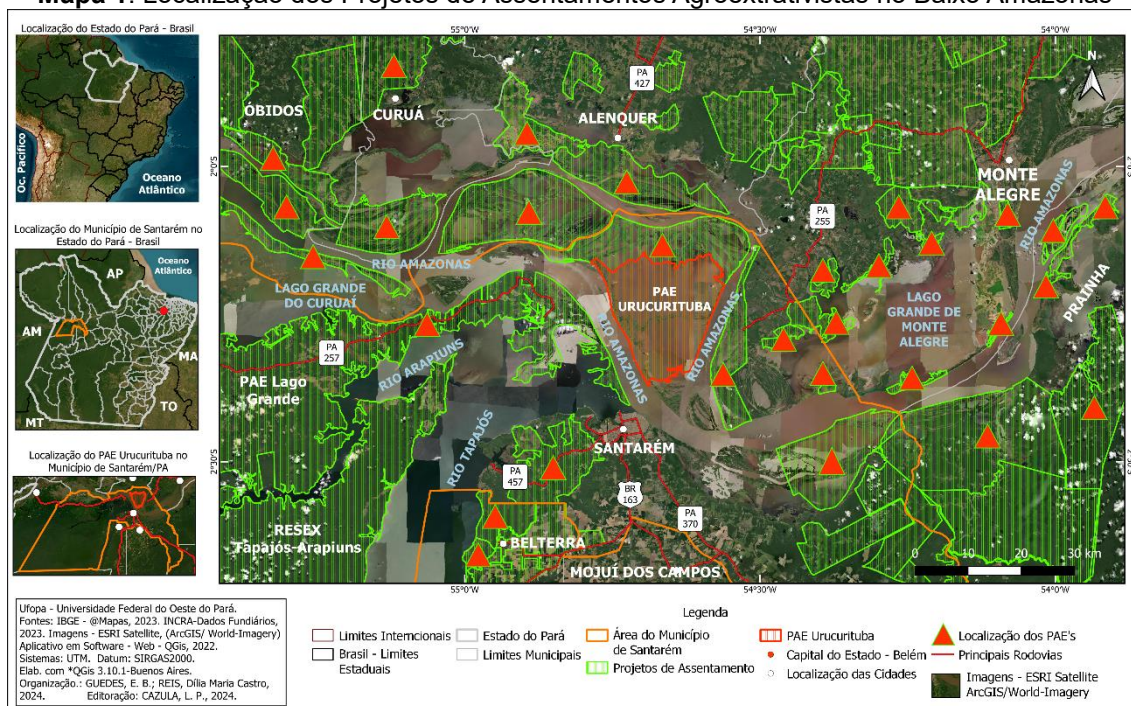
PAE PIAPO	400	42	40	17/10/2006
PAE SÃO DIOGO	1.060	220	220	17/10/2006
PAE PAITUNA	2.878,31	180	144	12/12/2006
PAE REGIAO DOS LAGOS	1.332,48	220	199	12/12/2006
PAE JACARECAPÁ	1.540	280	210	27/12/2006
PAE JAQUARÁ	1.845	200	200	27/12/2006
PAE ALDEIA	2.917	300	298	27/12/2006
<b>SUB TOTAL</b>	<b>22.192,79</b>	<b>2.162</b>	<b>1.990</b>	
<b>ÓBIDOS</b>				
PAE PARANÁ DE BAIXO	9.900,00	320	300	24/11/2006
PAE TRÊS ILHAS	8.960,00	200	194	24/11/2006
PAE MARIA TEREZA	13.400,00	100	43	24/11/2006
PAE COSTA FRONTEIRA	15.900,00	512	511	24/11/2006
PAE PARU	15.920,00	160	44	24/11/2006
PAE CACOAL GRANDE	10.480,00	200	145	24/11/2006
<b>SUB TOTAL</b>	<b>74.560,00</b>	<b>1.492</b>	<b>1233</b>	
<b>ORIXIMINÁ</b>				
PAE NHAMUNDÁ	22.467,09	500	474	19/12/2006
PAE CACHOERY	17.982,44	500	283	19/12/2006
PAE SAPUCUA -TROMBETAS	67.749,2768	811	785	05/02/2010
<b>SUB TOTAL</b>	<b>108.198,8068</b>	<b>1.811</b>	<b>1.542</b>	
<b>PRAINHA</b>				
PAE REGIÃO DO CUÇARI	28.040,34	250	161	05/10/2006
PAE ILHAS REUNIDAS	6.000,00	120	117	13/10/2006
PAE PACOVAL/PRACOBAL	4.000,00	100	93	13/10/2006
PAE IGARAPÉ DO CUÇARI	3.000	50	41	13/10/2006
PAE ACARÁ-AÇU	2.402,82	50	11	12/12/2006
PAE CHICANTÁ	7.630,00	100	84	27/12/2006
PAE NOSSA SENHORA DO P. SOCORRO	6.527,00	100	66	27/12/2006
PAE ANEMA	2.589,00	50	-	27/12/2006
PAE CURUÁ II	45.560,69	228	202	20/10/2009
<b>SUB TOTAL</b>	<b>105.749,85</b>	<b>1.048</b>	<b>775</b>	
<b>SANTARÉM</b>				
PAE LAGO GRANDE	250.344,00	5.600	5.595	28/11/2005
PAE EIXO FORTE	12.689,00	1.400	1.385	20/12/2005
PAE ARITAPERA	25.000,00	750	748	13/10/2006
PAE URUCURITUBA	19.500,00	500	500	20/10/2006
PAE TAPARÁ	11.700,00	850	848	08/11/2006
PAE ITUQUI	21.920,00	420	314	22/12/2006
PAE PONTA NEGRA	5.048,20	400	-	27/12/2006
<b>SUB TOTAL</b>	<b>346.201,00</b>	<b>9.920</b>	<b>9.390</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>893.567,1868</b>	<b>2.1792</b>	<b>19.505</b>	

Fonte: INCRA SR30 (2017). Elaboração autoral.

Nos últimos anos o Estado mediante a política de regularização das áreas de várzea investiu na criação de projetos de assentamento. Como demonstrado (tabela 01), foram criados cinquenta e um (51) PAE's em que áreas passaram por intervenção pela política fundiária com objetivo de regulamentação das ocupadas por famílias tradicionais. A criação dos projetos de assentamentos tem

sido um elemento importante na política fundiária. Pois, mesmo as famílias já sendo moradoras das áreas de várzea, a criação desses PAE's reforça e a legitima o território pelas áreas ocupadas, bem como reconhece juridicamente a inserção desses moradores em políticas de programas de reforma agrária.

**Mapa 1:** Localização dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Baixo Amazonas



Organização: REIS, Dília Maria Castro, 2024

Como procedimento estratégico e político de regularização fundiária, a criação dos PAEs, tornou-se a solução juridicamente mais eficaz para áreas da planície de inundação do Rio Amazonas. Pois reduziu a insegurança jurídica dos posseiros que já ocupavam as áreas de várzea, bem como permite a população o relativo controle sobre os bens naturais.

Enquanto política pública, a experiência de regularização de territórios de várzea, na forma de projeto de assentamento agroextrativista, representa um grande avanço em favor das populações ribeirinhas. Porém, esse processo de reconhecimento ainda apresenta grandes desafios no que diz respeito a implementação de infraestruturas básicas, como água potável, fornecimento de energia elétrica, serviços de saúde e educação.

## 2. 2 PAE Urucurituba

A criação do PAE Urucurituba faz parte construção de uma trajetória que iniciou com os acordos de pesca do movimento dos pescadores, pescadoras, rurais. De acordo com IPAM e INCRA (2010), o PAE Urucurituba, foi planejado com base no Plano de Utilização (PU). O PU é o regulamento interno, elaborado pelos moradores e aprovado pelo INCRA para a devida utilização da área.

É um documento formal que regulamenta o uso dos recursos naturais com eficácia política e jurídica (título executável), devendo estar de acordo com a legislação vigente (INCRA, 1996). Tal documento foi elaborado por período aproximado de três anos em função da necessidade da inserção de profissionais da área técnica e de instituições. A elaboração considerou o olhar sistêmico sobre o território, os recursos, o meio físico (recursos naturais, fauna, flora etc.), bem como o perfil populacional dos já residentes nas comunidades.

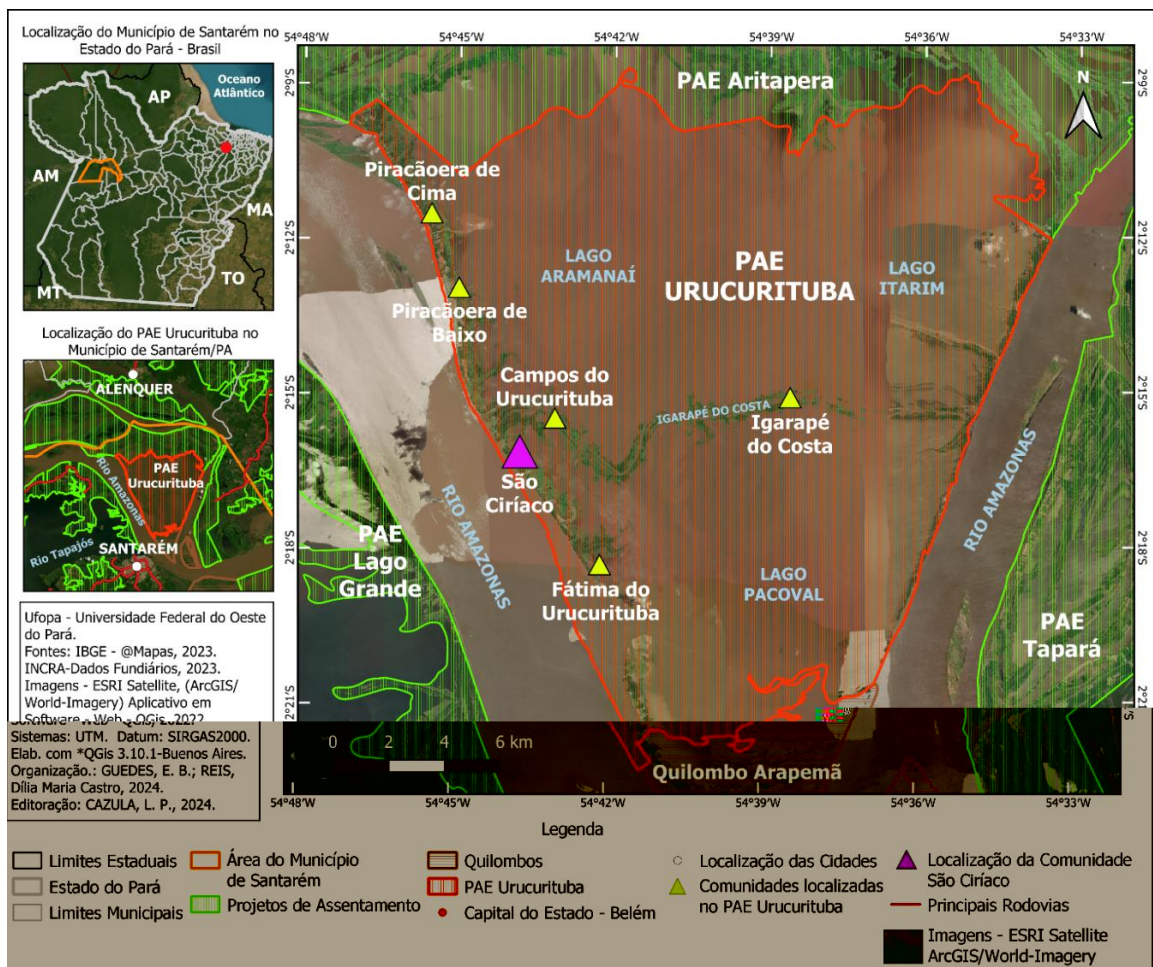
O PAE Urucurituba foi elaborado a partir do convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), através de um regime de colaboração, que produziu o documento chamado de Projeto Básico de Desenvolvimento Sustentável do PAE Urucurituba, o qual apresenta o diagnóstico das condições sociais, econômicas, ecológicas e processos institucionais, que irão consubstanciar as ações das comunidades, seus limites e atividades. O plano apresenta medidas que permitem o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, de maneira socialmente responsável, inclusiva e ecologicamente sustentável.

O processo de elaboração e construção do Projeto Básico do PAE Urucurituba envolveu 6 etapas: 1) Visitas ao PAE para esclarecimentos sobre os trabalhos a serem realizados pela equipe técnica do IPAM com as famílias envolvidas e contempladas pelo plano; 2) Plenárias para discussão e aprovação das propostas do Plano de Utilização; 3) Levantamento de infraestrutura e situação socioeconômica por meio de questionários; 4) Mapeamento participativo dos recursos naturais e levantamento de problemas e demandas; 5) Levantamento de fauna; 6) Elaboração da base cartográfica e sensoriamento remoto.

O PAE Urucurituba foi criado pela Portaria do INCRA, publicada no Diário Oficial da União, em 24 de outubro de 2006 (processo SR(30) n. 54501.006934/2006-37). O projeto possui uma área territorial organizada e demarcada, porém, as áreas específicas de cada comunidade variam em tamanho, ainda que todas elas tenham acesso igualitário às áreas consideradas coletivas, como campos, floresta e lagos. As áreas internas, ou seja, a separação de cada propriedade dentro das comunidades, em grande parte se dá a partir de “limites de respeito” (IPAM; INCRA, 2006). Nesta perspectiva, a distribuição do território deve ser pensada a partir das implicações sobre a economia das famílias, e o componente de uso coletivo torna-se imprescindível para a viabilidade econômica e o desenvolvimento sustentável destas comunidades, assim a organização territorial possui outro significado, além do fundiário.

O PAE Urucurituba é situado no município de Santarém, no oeste do estado do Pará, a margem esquerda do rio Amazonas. O referido PAE é constituído pelas comunidades Fátima do Urucurituba, São Ciríaco, Piracãoera de Baixo, Piracãoera de Cima, Campos e Igarapé do Costa, ocupando uma área de 19 (dezenove mil e quinhentos) hectares. A sede municipal de Santarém está distante 11 quilômetros da área mais próxima do PAE (comunidade de Fátima). O acesso às comunidades do PAE é feito exclusivamente por meio fluvial com o uso de pequenas e médias embarcações.

**Mapa 2:** PAE Urucurituba com a localização das comunidades.



Organização: Reis, Dília Maria Castro, 2024

De acordo com a Relação de Beneficiários do INCRA estão assentadas 500 famílias e a Portaria n° 30, de 20 de outubro de 2006 prevê a criação de 500 (quinhentas) unidades agrícolas familiares. Dentre as comunidades que fazem parte do PAE Urucurituba, a que mais apresenta concentração de famílias é a comunidade Piracãoera de Cima, enquanto a comunidade de Campos é a qual apresenta menor número de famílias. A área do PAE é administrada pela própria população assentada por meio de sua organização comunitária e pelo INCRA. As comunidades que formam o PAE têm como entidade representativa dos moradores o Conselho Regional de Pesca do Urucurituba-CRPU. Cada comunidade tem dois representantes que fazem parte do conselho administrativo, órgão deliberativo e executivo da entidade, um dos representantes deve ser pescador artesanal ou de subsistência.

O ecossistema de várzea no PAE Urucurituba é composto por rios, paranás e lagos, sendo que os paranás ligam os lagos às águas do rio Amazonas, o que torna a paisagem da várzea variável ao longo do ano. A população é composta por pescadores e pequenos produtores, algumas comunidades que compõe o PAE apresentam também a presença de pecuaristas de médio e grande porte.

No PAE Urucurituba, na qual se insere a comunidade São Ciríaco, os moradores seguem o Plano de Utilização (PU) criado pela portaria N° 30, de 26 de outubro de 2006 e elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia (IPAM). O plano tem a finalidade de garantir a sustentabilidade do PAE Urucurituba através da regulamentação para o uso responsável dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades econômicas nele desempenhadas. Todos os moradores estão sujeitos às regras do Plano.

**Figura 3,4 e 5:** dinâmica dos diferentes períodos nas áreas de várzea.



Fonte: acervo comunitário, 2018

Na figura 3, registra-se a área da escola São Ciríaco no período da cheia, nota-se que o nível da água inunda completamente a restinga no qual está construída a escola, ultrapassando o assoalho.

A figura 4, mostra a área da escola no período da seca, percebe-se que na área foi depositado bastante sedimento aterrando o assoalho. É importante ressaltar que a cheia danifica a madeira, material que é construída as casas, escola, posto de saúde etc, assim, as moradias são construídas em estruturas de palafitas, medindo em média 1m e 60 cm de altura para impedir que o assoalho seja coberto pela água, a cada período de inundação, são depositados sedimentos que diminuem a distância do assoalho para o chão, isso faz com que seja necessário o levantamento das casas para que estas não sejam destruídas pelas águas. É o que demonstra a imagem da escola, que foi completamente danificada pela cheia, sendo necessário a construção de uma escola nova.

A imagem 4, demonstra o período de enchente, na qual as águas começam a subir, é possível notar as construções de pontes de madeira, estas estruturas servem como estratégias para ter acesso as casas uma das outras e exercer as atividades do cotidiano.

## **CAPÍTULO 3: AS PRÁTICAS ESPACIAIS NA COMUNIDADE SÃO CIRÍACO**

O capítulo ora apresentado trará um breve apanhado histórico acerca da origem da comunidade. Faz-se, também uma abordagem sobre as práticas espaciais realizadas na comunidade, com foco na Associação Comunitária. A partir da concepção de Souza (2013) de que todas as práticas espaciais são sociais.

Entendemos que a Associação Comunitária realiza práticas espaciais com foco na ação social, mas também como forma de organização territorial. Toda prática espacial, assim como, toda prática social, é uma ação ou um conjunto estruturado de ações marcadas pelas relações sociais. As práticas espaciais são, portanto, práticas sociais em que a espacialidade - a organização espacial, a territorialidade - é um segmento da forma de organização, e dos objetivos a serem alcançados.

### **3.1. Comunidade São Ciríaco: um breve histórico da sua formação**

A falta de registros antigos da comunidade resulta em perdas para a identificação dos primeiros moradores da comunidade. Desta forma, a origem da comunidade é contada pelos comunitários, através das histórias oral repassadas dos pais para os filhos.

A comunidade de São Ciríaco do Urucurituba teve sua origem atribuída ao casal Maria de Sousa e Serafim Corrêa, que foram os primeiros moradores a se firmarem naquela região. Devido ser um local de grande fartura de peixes e terra boa para plantar, aos poucos foram chegando moradores de outros locais próximos, e ali foram se apropriando do território e incorporando seus modos de vida. Os primeiros moradores trouxeram para a comunidade seus costumes e tradições culturais, como as técnicas para a agricultura e pesca, extração de ervas para a fabricação de remédios, e a religiosidade. Foi a partir das práticas dessas atividades que se deram as relações entre os primeiros comunitários.

A religião, especificamente a católica, sempre foi algo muito presente na comunidade, foi a partir dela que se constituíram as primeiras ações coletivas características de uma comunidade. De acordo com Castro e McGrath (2003), a

atuação da igreja católica na várzea, especificamente na organização social, é muito significativa.

Com rezas e ladainhas as famílias se juntam para fazer suas orações na semana santa e em dias santos. Porém, não havia um santo de devoção em comum entre os moradores, dessa forma faziam-se as orações para todos os santos, estes eram representados por uma lamparina. Algumas crianças que acompanhavam os pais nas ladainhas passaram a chamar a lamparina de Ciríaco. Esses encontros simbólicos virou uma tradição entre os moradores, o que permite perceber que a origem da comunidade historicamente é marcada pela chegada da imagem do Santo.

A época, padres fizeram visitas a comunidade e confirmou que existia um santo romano com o nome de Ciríaco, depois de alguns anos os comunitários conseguiram a doação de uma imagem de São Ciríaco, a partir daí a comunidade passou a ser chamada pelo nome do santo. Para Fraxe, Lima, Witkoski, Castro (2006, p.28): “A denominação religiosa está intrinsecamente ligada ao sentimento de pertença”, nesta perspectiva, compreende-se que a origem e o reconhecimento do lugar enquanto comunidade se vincula às simbologias historicamente entrelaçadas por meio dos acontecimentos religiosos.

**Figura 6:** Imagem de São Ciríaco, padroeiro da comunidade.



Fonte: arquivo dos comunitários, 2021.

A realização da festividade do santo é um acontecimento que envolve toda a comunidade, há o esforço e a colaboração dos comunitários, que doam prêmios para a realização do bingo da festa. Durante a semana que acontece a festividade são realizadas diversas atividades como: novenas, peregrinações, jogos amistosos de futebol, entre outras. O dia da festa é aguardado com muita expectativa não só pelos comunitários organizadores, como também pelas comunidades vizinhas que se juntam para participar. Esse acontecimento religioso é de grande importância para estreitar a relação social entre as comunidades daquela região.

Todo ano, no mês de novembro, a imagem de São Ciríaco passava de casa em casa para se fazer as orações com as famílias, fazia-se festejos, partilha de alimentos, tudo era feito em comum pelos moradores, e daí se criou a tradição de festa do São Ciríaco, que até nos dias de hoje é comemorado pelos moradores e também pelas comunidades vizinhas que vêm para participar, ajudam com a doação de prêmios pro bingo, e quando tem a festa do santo de lá, nós vamos também, existe essa troca entre as comunidades, que hoje é assim, mas antigamente a ajuda era de outra jeito, ia uma equipe daqui pra ajudar nos preparos da festa de lá e quando era o dia da nossa festa, eles vinham ajudar aqui. (Informações concedidas por um morador da comunidade, em 25 de setembro de 2023).

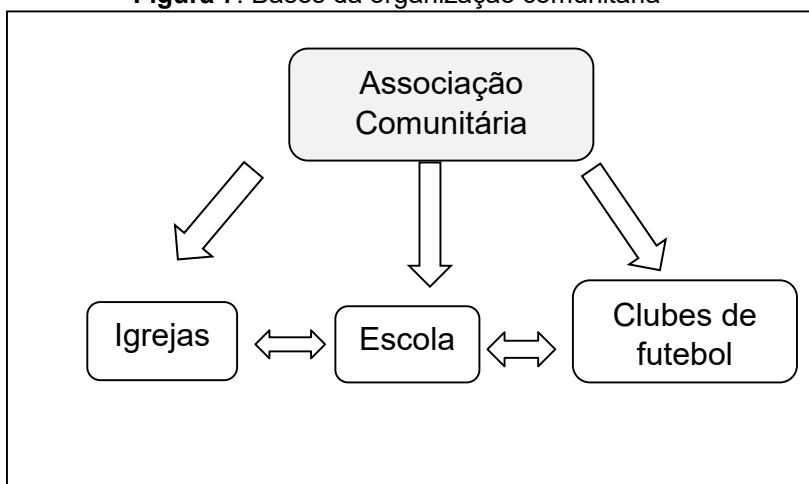
Conforme evidencia o relato, a relação e a ajuda mútua entre as comunidades durante a festividade do santo foi essencial para a organização social local e regional das comunidades, pois a partir das relações, instituiu-se pela Diocese de Santarém a mini área de Urucurituba, formada pelas comunidades de São Ciríaco, Fátima, Campos, Piracõera de Baixo, Piracõera de Cima e Igarapé do Costa, logo formaram a região do Urucurituba.

### **3.2 - Organização política e social**

Para Corrêa (2003) as práticas espaciais são as ações que contribuem para garantir diversos projetos. São, portanto, meios pelos quais objetiva-se a administração e o controle organizacional para a produção e reprodução do espaço em que se vive. Nas comunidades de várzea a principal forma de se organizar politicamente e de manter as relações sociais é por meio das Associações Comunitárias. Assim, todo o contexto social (práticas, atividades e moradores) está conectado e estruturado organizacionalmente a partir da

Associação Comunitária de Agricultores, Pescadores e Criadores de São Ciríaco do Urucurituba - ACAPCSCU. A partir da ACAPCSCU organizam-se outros atores de cunho religioso (igreja católica e protestante), de lazer (clubes de futebol), de saúde e ensino.

**Figura 7:** Bases da organização comunitária



Organização: elaboração autoral, 2023

### 3.2.1 - Sobre a ACAPCSCU

Conforme seu estatuto, a ACAPCSCU tem como finalidade congregar todos os moradores, grupos e clubes da comunidade em torno dos seguintes objetivos:

- Contribuir com os grupos existentes visando solucionar problemas sociais, econômicos, ambientais, educacionais, formando lideranças e despertando a solidariedade entre os moradores;
- Promover conjuntamente com os grupos e/ou clubes de futebol, atividades artísticas, culturais, mutirões e eventos similares, objetivando a interação sócio cultural dos comunitários;
- Promover a educação e defesa de ampla participação nas decisões de fixação do homem a terra que ocupa, com criação de infraestrutura habitacional, saúde e educação, obedecendo às peculiaridades do local;

- Combater toda a prática nociva dentro da comunidade, que desagregue as pessoas, as famílias e as instâncias de decisões, como o alcoolismo, as drogas e vícios semelhantes;
- Representar administrativamente e judicialmente, inclusive como substituto processual, os comunitários na defesa dos interesses individuais ou coletivos;
- Propor ações administrativas e judiciais, por agressão ao meio ambiente, paisagens notáveis, patrimônio artístico e culturais;
- Contribuir com os moradores na utilização e administração das terras da comunidade, possibilitando a subsistência econômica familiar de forma auto-sustentável, gerando a conservação e o uso racional dos recursos naturais, através do plano de utilização;

A administração comunitária se constitui em três órgãos: diretoria executiva; assembleia geral; conselho fiscal.

A diretoria da Associação Comunitária de Agricultores, Pescadores e Criadores de São Ciríaco do Urucurituba- ACAPCSCU é constituída por seis membros: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro. A diretoria atua com o mandato de dois anos, podendo ser reeleita por mais um mandato.

A assembleia geral é o órgão máximo, com atribuições normativas, consultivas e deliberativas, podendo ser ordinária ou extraordinária, reunindo-se, em caráter ordinário, seis vezes ao ano e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário. A convocação da assembleia poderá ser feita pelo presidente da Associação, seu substituto legal, metade da diretoria, conselho fiscal ou por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados, que estiverem quites com suas obrigações sociais. Compete à assembleia geral: organizar planos anuais de trabalho, aprovar contas e balancetes da diretoria; deliberar sobre qualquer assunto que for apresentado de interesse da comunidade; aprovar regimento interno, alterar o estatuto; desligar diretores, e se for o caso, promover eleição suplementar para preenchimento do cargo.

O conselho fiscal é composto por três membros, com a função de fiscalização sobre as atividades e serviços da associação, a eles compete a análise da contabilidade, emitir parecer, dar visto, dar ciência à assembleia geral

de irregularidades. A eleição dos membros do conselho fiscal ocorrerá logo após a escolha da diretoria, cabendo à assembleia indicar nomes entre os presentes e a forma como serão votados. A posse da diretoria e do conselho fiscal, ocorre na mesma assembleia que os elegeu. Nas votações referentes à destituição de membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou alteração do Estatuto, será necessário o voto concorde de dois terços dos presentes. Só poderão concorrer a qualquer cargo eletivo da Associação, moradores que residem há mais de cinco anos ininterruptos na comunidade.

No intervalo de dois meses, realiza-se a reunião comunitária para o alinhamento das atividades na comunidade. Nela são definidos os locais de realização dos mutirões (que são as limpezas dos espaços como: escola, as estradas, barracão comunitário etc); a verificação de datas para eventos dos clubes, da escola, eventos religiosos; avisos de ações sociais e de saúde agendados para a comunidade, como expedição de documentos, visita do barco/hospital. Dela participam as lideranças comunitárias; grupos sociais (clubes, conselho escolar, lideranças religiosas); associados e os demais moradores que queiram participar.

**Figura 8:** reunião comunitária



Fonte: pesquisa de campo da autora, 2023.

Como já citado, a Associação Comunitária representa a principal forma de organização sociopolítica nas comunidades de várzea, e para quem habita

nessas comunidades é por meio dessa organização comunitária que garante os moradores se manterem no local em que habitam. Segundo os dados obtidos na pesquisa, a participação das decisões que ocorrem na comunidade é formalmente feita através das reuniões realizadas pela associação, dessa forma é essencial a participação direta dos comunitários nas organizações sociais da comunidade. Dos entrevistados todos participam efetivamente de alguma organização social, seja pelo seu clube de futebol ou em algum cargo da diretoria, porém há aqueles que são associados, mas não participam de reuniões, ou qualquer outro tipo de atividade coletiva.

Durante a pesquisa de campo foi perguntado aos entrevistados se eles consideram importante a participação na organização da comunidade. As respostas demonstraram que a participação na organização social da comunidade é essencial para a organização local. Além da organização local, a participação nas ações organizacionais da comunidade, garantem aos moradores direitos, a participação em projetos de fortalecimento das atividades por eles desenvolvidas, como projetos de apoio à agricultura; projetos governamentais como o bolsa família. Isso pode ser observado nas falas dos entrevistados que pontuam:

Eu participo da Associação como sócia, procuro participar das reuniões; participo como secretária do núcleo de base; faço parte do clube de futebol grêmio e do clube feminino. E considero importante a participação nessas organizações, porque assim, a associação que garante que nós somos moradores da comunidade, e quando a gente precisa de uma declaração, algum documento a associação é a única garantia de vínculo que nós temos, e quando a gente não participa é uma luta pra gente conseguir alguma, tipo um benefício social, como o bolsa família, tem gente que perde por não participar das coisas da comunidade. (Entrevista concedida em 20/09/2023).

Esse modo de organização possibilita a realização de ações que objetivam o trabalho coletivo/comunitário que atenda às necessidades básicas dos moradores. É possível identificar algumas dessas ações em práticas como: a) mutirão comunitário, que é um serviço compartilhado por todos que visa a melhoria para a comunidade; b) mutirão nos roçados, trabalho de limpeza no roçado de um morador que reúne um grupo de pessoas, geralmente é feito por meio de trocas, c) torneios beneficentes, são torneios de futebol para arrecadar doações (dinheiro, alimentos) em prol de uma família ou um comunitário que

esteja necessitando. Essas práticas são essenciais para o fortalecimento da organização social da população.

**Figura 9:** Mutirão comunitário.



Fonte: arquivo do comunitários, 2023.

Na saúde, são atendidos por um posto de saúde que conta com uma enfermeira; um técnico em enfermagem e uma agente comunitária de saúde. O posto de saúde da comunidade atende comunidades como Campos e Piracão de Baixo, estas comunidades não possuem posto saúde, apenas agentes comunitários de saúde, desta forma o posto de saúde de São Ciríaco faz o atendimento dessas comunidades. Os atendimentos que demandam um diagnóstico mais complexo, como picada de animais peçonhentos, o paciente é encaminhado até Santarém, por meio de ambulanchas, embarcações fluviais de atendimento de urgência e emergência. Os comunitários ainda contam com o atendimento do barco hospital, essa embarcação dispõe de uma estrutura que possibilita atendimentos médicos, odontológicos, cirurgias, exames de imagem. Esse atendimento ocorre uma ou duas vezes ao ano.

**Figura 10:** Embarcação de atendimento médico.



Fonte: pesquisa de campo da autora, 2023.

Na educação, a comunidade possui uma escola de ensino fundamental. O ensino funciona por meio do Sistema de Organização Modular de Ensino que recebe alunos advindos de outras comunidades como Campos do Urucurituba e Fátima do Urucurituba. O calendário letivo da escola municipal é adequado ao regime sazonal do rio, iniciando em agosto, quando começa a vazante, e encerrando em abril. A escola, juntamente com a comunidade, organiza eventos voltados para resgate das tradições e que promovem valorização cultural das populações ribeirinhas.

## **CAPÍTULO 4: TRABALHO AGROEXTRATIVISTA NA VÁRZEA**

Neste capítulo discorre-se sobre as formas de trabalho do camponês ribeirinho. O camponês procura extrair do meio geográfico – terra-água-floresta - produtos necessários para se manter. Essa dinâmica agroextrativista se dá pela relação do trabalho que se estabelece entre os humanos e a natureza. Na terra, a prática da agricultura e criação de animais; das águas, extrai o peixe, base da dieta alimentar e principal fonte de renda das famílias; na floresta a prática ocorre pelo extrativismo vegetal retirando a lenha, a madeira, o mel. Assim, é necessário considerar nas análises geográficas, a produção resultante do trabalho dessas famílias.

### **4.1 A pesca artesanal: base econômica e de subsistência nas comunidades de várzea**

A pesca é uma das atividades extrativistas mais tradicionais na região amazônica, desde o período pré-colonial a atividade pesqueira garante por gerações a manutenção das comunidades que habitam na região (Rufino, 2005). Tradicionalmente, a pesca funcionava para os habitantes ribeirinhos, como uma atividade complementar, integrada às outras atividades econômicas familiares como a agricultura e a caça. Atualmente, a pesca representa a principal atividade que mantém as populações nas regiões que residem às margens do rio. É da pesca que o ribeirinho tira o seu alimento e a sua renda.

Considerando as características socioeconômicas Isaac (2005), divide a pesca em três modalidades:

- Pesca de subsistência: atividade tradicional, permanente, complementar as outras atividades econômicas, cuja a produção é exclusiva para o consumo próprio ou de parentes e amigos, executada com uma canoa e aparelhos de pesca simples.
- Pesca comercial de caráter artesanal: de características sazonais, esta pesca é praticada por pescadores de dedicação quase ou totalmente exclusiva e cuja produção destina-se, em grande parte, à comercialização nos mercados regionais. Tanto na Amazônia Central como no estuário é comum

haver uma embarcação principal, conhecida como "geleira", que recebe pescadores embarcados em pequenas canoas. As geleiras possuem urnas com gelo para a conservação do pescado. Os encarregados destas podem comprar o pescado dos pescadores locais ou mesmo conduzir pescadores de outras regiões, que contratados e suas canoas rebocadas para as áreas de pesca. Esta teria como finalidade garantir uma alta produção para compensar o transporte do pescado para os centros urbanos de melhor comercialização.

- Pesca industrial: esta pesca emprega barcos de grande potência, casco ferro e redes de arrasto.

Na região do Baixo Amazonas, na qual se localiza a comunidade em foco, os pescadores são considerados artesanais e de subsistência, pois apresentam características como: pesca em pequena escala, pescarias em tempo parcial, utilização de arreios/apetrechos simples e embarcações de pequeno porte. Quase toda a atividade pesqueira é praticada em canoas movidas a remo, canoas movidas a motor rabeta, bajaranas e cascos de madeira, nas quais os pescadores utilizam como arreios: malhadeiras, tarrafas, espinhéis e caniço.

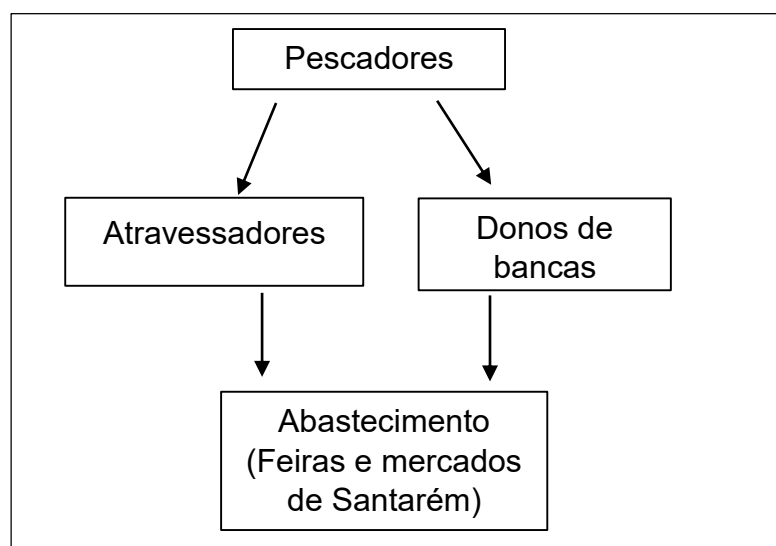
**Figura 11:** embarcações utilizadas na atividade da pesca



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2023.

A maioria dos pescadores artesanais praticam a atividade em canoas, formando duplas ou pescando sozinhos. A captura do pescado para a comercialização, é realizada em dupla (parceria), em embarcações tipo canoa com motor rabeta ou bajaranas, usando-se a malhadeira como principal apetrecho. Durante a semana os pescadores fazem a captura do peixe e aos fins de semana fazem a comercialização em Santarém, geralmente o peixe é vendido para atravessadores ou diretamente na feira do tablado. Todo custo para a conservação, transporte e comercialização do pescado é dividido entre os parceiros de pesca, assim como o lucro das vendas.

**Figura 12:** Fluxo esquemático de comercialização do pescado em São Ciríaco



Fonte: pesquisa de campo da autora, 2023. Elaboração autoral.

O pescado que chega aos centros urbanos, seja ofertado diretamente pelo pescador ou atravessador (compra e vende o peixe), é comercializado em mercados e feiras locais e regionais, ou segue para a indústria de beneficiamento de pescado antes de ser distribuído para distintos mercados ao nível nacional ou internacional (Fabr e e Barthem, 2005; Almeida, 2006; Coelho et al., 2017).

Diferente da captura para comercializa o, a captura do pescado para a subsistência   realizada individualmente ou entre os membros da família, pai e mãe ou pai e filho, de maneira que todos pescam. Para essa prática, o apetrecho mais utilizado   a tarrafa. A pesca para subsistência, ocorre diariamente em todos os meses do ano e as capturas se intensificam quando os peixes migram

dos lagos para o canal do rio, geralmente no período em que os níveis da água estão diminuindo. Essa dinâmica existente na várzea, manifestada na complexidade de exploração pelos habitantes dessa região, em conjunto com as especificidades e a diversidade das situações de pesca, exige dos pescadores grande conhecimento e intensa relação com o meio (Morán, 1990). Nesta perspectiva, segundo Ramalho (2016, p.410), o pescador pode ser considerado como o profissional que faz da pesca seu meio de vida e possuem um jeito de ser que é somente deles.

O pescador é oportunidade socioeconômica, hábito de classe, costume, ideologia e relações sociais comunitárias ou com outros grupos, onde produz e reproduz sua singularidade em oposição ou em complementaridade com outros segmentos sociais no tempo e no espaço. Ademais, ser pescador é encontrar-se inserido em uma determinada relação na estrutura social, de comando do capital, cujas tensões alimentadas pelos desejos de autonomia, resignações e subordinações estão no dia a dia (Ramalho, 2016, p.410).

O pescador é, portanto, o profissional que sabe usar dos ofícios que é aprendido com os ancestrais para usar e desenvolver a atividade, pois a pesca é uma profissão realizada por toda a família, uma atividade que é transmitida e absorvida pelas gerações.

**Figura 13:** pescador fazendo uso da tarrafa para a captura do peixe



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2023

Como já mencionado, a atividade da pesca é a principal base econômica para a população residente na comunidade estudada. Segundo os dados fornecidos pela coordenação do núcleo de base, a comunidade conta com 128 pescadores profissionais ativos, ou seja, cadastrados na colônia z-20, além dos pescadores informais.

Com relação a atividade pesqueira, os pescadores informaram que a prática é feita durante todo o ano, porém no período do defeso o peixe capturado é somente para o consumo:

Do dia 15 de novembro a 15 de março tem o período do defeso aí a gente não pesca mesmo, pesca assim, mas é só pra consumo mesmo. Mas aí a gente recebe o seguro e dá pra sustentar. Mas durante o ano é pesca direto. No lago a gente pega mais os peixes pequenos: acari, pacu. No rio, pega os peixes maiores: filhote, dourada, surubim. No tempo de cheia mesmo, tem pescador que vai pra longe pra pescar mapará pra vender, eu já fui muito, hoje não vou mais, só os mais novos. (Entrevista concedida por um morador, em 21/09/2023).

O chamado período do defeso é um período de interrupção da atividade pesqueira, que tem como objetivo garantir a reprodução de diversas espécies. Esse processo de interrupção, mesmo que por breve período de tempo, tem propiciado diversos conflitos na exploração dos recursos pesqueiros.

Os conflitos enfrentados pelos pescadores, se refere a pesca predatória nos lagos. Pescadores que utilizam grandes quantidades de redes resultando na captura excessiva de peixes, cabendo a outros pescadores intervir para o cumprimento do que estabelece no Plano de utilização.

De acordo com o PU da comunidade a atividade da pesca requer algumas intervenções para manter o estoque pesqueiro, são elas:

- Só é permitida a pesca nos lagos, malhadeiras que tenham 60 cm de comprimento e 3 metros de altura, durante o período de 15 de outubro a 15 de março as malhadeiras usadas deverão ter no mínimo 100 mm;
- É proibido o uso de rede de emalhar à deriva (bubueira);
- É proibido o uso de malhadeira sob fruteiras, no período de março a agosto;
- É proibida qualquer atividade de pesca no Igarapé dos Pereiras;

- No lago do Vitor só é permitida a pesca para subsistência das famílias, com captura limitada em 05 kg de peixe por pesca.

Tais intervenções se fazem necessárias, uma vez que pesca excessiva, voltada a abastecer o comércio, ocasiona sérios problemas ambientais, sobretudo nos ecossistemas de lagos, que sofrem ações degradantes de pescadores comerciais. Em algumas comunidades essa realidade tem ocasionado a inserção de medidas conservacionistas, como o manejo pesqueiro em lagos comunitários, criado para reestruturar ambientes afetados pelo crescimento da pesca insustentável.

#### **4.2. Agricultura camponesa na várzea**

A agricultura, assim como a pesca, possui um papel fundamental na base econômica das famílias da comunidade. A prática desta atividade é determinada pelo nível que as águas alcançam. Logo que as águas começam a baixar, as famílias começam a preparar a terra para o plantio. É realizada a derrubada dos componentes arbóreos.

O preparo do solo é feito sem o uso de máquinas, utiliza-se ferramentas como enxadas e terçados para fazer a limpeza do terreno. Geralmente os preparos iniciam-se entre os meses de julho e agosto, mas se a cheia alcançar um limite alto, a plantação tende a demorar para ser realizada. A agricultura, em sua maioria, é baseada na mão de obra familiar, sendo comum um sistema de organização/divisão do trabalho. Onde os homens fazem a limpeza do terreno e nas demais atividades participam toda a família.

A manutenção familiar é a principal forma de uso dos produtos cultivados, algumas vezes a produção é comercializada em feiras como a da APRUSAN ou para as comunidades vizinhas. Geralmente, quando há um excedente de alguma cultura é feito a troca das culturas entre os vizinhos, havendo assim um sistema de reciprocidade entre eles.

A gente começa a preparar a terra pra plantar, geralmente é mês de julho, esse ano como a água não subiu muito, em junho eu já estava plantando, tanto que já estou na minha segunda remessa de plantio de melancia, mas eu planto pouco, eu planto melancia, banana, jerimum, maxixe e feijão, aí eu mando pra vender lá pra cidade que meu irmão tem uma banca lá (feira da APRUSAN, no mercadão 2000), aí eu entrego pra ele vender. (Entrevista concedida por um morador, em 21/09/2023)

**Figura 14:** Preparação da terra para o início do plantio



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2023.

Em suas produções os camponeses de cultivo agroflorestais, as plantações são feitas em locais limpos próximo das casas dos agricultores, são cultivadas as roças, plantas ornamentais, árvores frutíferas todas em um mesmo espaço. Sendo a família o principal agentes de execução do trabalho, pois garante o equilíbrio de braços e bocas (pai, mãe, filhos, agregados ou outros parentes) para a subsistência/consumo nas unidades organizativas familiares camponesas.

**Figura 15 e 16:** Colheita de cebola feita por familiares e vizinhos para a comercialização



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2023.

Devido a áreas apresentarem um ambiente fértil, propício a agricultura, nos últimos anos muitos moradores têm investido nesta prática como atividade de renda complementar. Com o aumento da produção, criou-se uma cooperativa para atender os produtores da região do PAE Urucurituba. Dessa cooperativa fazem parte três comunidades: São Ciríaco, Piracãoera de Baixo e Piracãoera de Cima, com sua sede localizada na segunda comunidade citada. Na comunidade São Ciríaco, por enquanto dois agricultores fazem parte dessa cooperativa, mas outros produtores já estão pensando em fazer parte da cooperativa.

Contudo, a falta de investimentos do poder público no setor agrícola, como por exemplo linha de créditos, torna esta atividade pouco atrativa para as famílias. Uma vez, que experiências acumuladas pelas famílias, demonstram que não há condições de produzir grandes roças, se não houver investimento desde o plantio, transporte e comercialização. Assim, as famílias plantam somente o necessário para o consumo e retorno do investimento.

Há quatro anos eu e mais uns parceiros aí das outras comunidades fizemos parceria para criar uma cooperativa só de produtos nossos, faz dois anos que a cooperativa foi reconhecida. Nós ainda não temos apoio técnico, tudo é feito por conta própria. A gente compra a semente, planta e colhe. Aí durante a semana são feitas duas colheitas da produção, uma na segunda e outra na sexta. Na segunda, a produção é levada para a cooperativa, vem o barco pegar, já na sexta os produtos vão para o mercadão. Esses produtos que se produz aqui também são entregues para o PAA<sup>1</sup>. Aqui eu faço assim: eu planto as mudas no copinho e quando elas chegam no tamanho certo para fixar a raiz, eu planto elas no chão. Além do trabalho familiar, eu conto também com o apoio de duas trabalhadoras que me ajudam na apanhação e amarração das verduras. (Entrevista concedida em 22/09/2023).

Dentre os produtos cultivados destacam-se a banana, melancia, jerimum, maxixe, tomate e hortaliças (cebola, couve, pimentão, repolho, entre outras). Devido a sazonalidade do rio, em sua maioria, o cultivo concentra-se nas áreas mais elevadas e planas, uma vez que as áreas mais baixas estão sujeitadas a

---

<sup>1</sup> Programa de Aquisição de Alimentos – PAA -, lei nº 11.775, de 2008, tem como objetivo incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social e fortalecendo os circuitos locais e regionais e redes de comercialização. Mediante procedimentos simplificados de aquisição de produtos, o programa também visa garantir segurança alimentar para famílias em situação de vulnerabilidade social e fornecer os alimentos a instituições públicas, como escolas e hospitais. Para saber mais, acesse: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>

inundação com maior facilidade. Para isto, os agricultores desenvolvem estratégias para os dois períodos (cheia e seca). Uma das estratégias é a instalação de canteiros suspensos, isso garante a continuidade da sua produção durante os dois períodos, além de proteger o cultivo de ataque de animais.

**Figura 17 e 18:** estratégias para a prática da agricultura



Fonte: pesquisa de campo da autora, 2023.

As imagens (17 e 18) demonstram que os diferentes tipos de cultivo realizados pelos camponeses de várzea estão diretamente relacionados com o processo de subida e descida do nível da água. Nas imagens estão dois tipos de culturas agrícolas sendo cultivados de formas diferentes. A primeira imagem a cultura do repolho, que tem um ciclo curto, está sendo cultivada diretamente no solo, por ser uma cultura de ciclo curto, logo não corre o risco de se perder com a subida da água, pois antes da subida da água a plantação já foi toda retirada. A segunda imagem mostra a cultura da couve, esta foi cultivada em canteiros altos, pois apresentam um ciclo mais longo, correndo o risco de ser perdida no período da cheia.

Segundo Witkoski (2007), para o camponês ribeirinho a terra nunca é vista como mercadoria, a terra e todas as riquezas que nela existe não deve ser vista como valor de troca, para ele, a terra tem valor de uso, feita exclusivamente para ser fecundada. O autor destaca que:

A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produção. A terra do camponês amazônico é a terra de várzea e, como tal, possui todas as características similares. Sem a enchente e a cheia, que fertilizam e sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como terras de trabalho não seriam possíveis (Witkoski, 2007, p. 191)

Ainda que a agricultura, em sua maioria, seja praticada de maneira sustentável, sendo tomado todos os cuidados para não se explorar mais do que o limite que a natureza permite. Nota-se que algumas responsabilidades, inseridas no PU da comunidade não estão sendo cumpridas, como consta no capítulo IV, quando se refere as intervenções extrativistas/agricultura: “fica proibida a derrubada e a queimada em Área de Preservação Permanente-APP (exemplo das margens de rios, lagos e igarapés)”. Moradores reclamam o aumento das áreas para a implantação dos roçados. Isso causa o desmatamento das áreas que servem de refúgio para os peixes em época da cheia.

A derrubada das árvores pra aumentar a roça, vem sendo ruim. Aqui do lado de casa, não tem mais nenhuma árvore grande. Por que tem gente que quer derrubar tudo pra plantar melancia no verão e quando chega no tempo da cheia não vai ter onde pescar. Aqui atrás era cheio de figo, na enchente, nem precisava ir pra longe pra pegar peixe, a gente ia bem aqui pertinho e pegava, mas agora derrubaram as figueiras pra colocar roça, quando encher não vai ter onde os peixes virem comer, por que não vai ter fruto, os frutos caem e os peixes vêm pra baixo das árvores que estão caindo os frutos, se não tiver árvore, não tem fruto, se não tem fruto os peixes vão procurar em outros lugares. E na cheia só se pesca, não se planta, e como que vai pescar se não vai ter peixe? (Entrevista concedida em setembro de 2023).

Como consta no relato, a retirada da vegetação para a implantação da agricultura, tem gerado alguns conflitos entre as famílias da comunidade, pois algumas áreas estão sendo desmatadas para o uso da referida atividade. Em época de cheia essas áreas são utilizadas pelos pescadores para a prática da pesca, ao mesmo tempo que na seca é usada pelos agricultores que fazem a derrubada de árvores frutíferas que servem de pontos de pesca na cheia.

Em linhas gerais, a produção das famílias camponesas da comunidade São Ciríaco, demonstra com as práticas espaciais, que as formas de produção camponesa têm suas próprias estratégias de reprodução. Se preocupam com a

variedade produtiva de verduras, frutas, hortaliças, dentre outros produtos cultivados e extrativos de origem vegetal e animal. Possuem uma produção agroextrativista, e autonomia de quando e como produzir alimentos saudáveis que são consumidos pela própria família, contribuindo com a subsistência e renda.

Contudo, a produção agroextrativista camponesa visa garantir não somente a recreação social da unidade familiar. Atualmente a agricultura camponesa é o seguimento responsável pelo abastecimento de parte considerável dos produtos que chegam à mesa dos consumidores, sua produção de alimentos (pesca, agricultura, produtos medicinais) é destinada a abastecer o consumo daqueles que habitam no campo e, principalmente, nas cidades. Considerando, por isso, de grande relevância para economia, segurança e soberania alimentar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa me permitiu compreender que as singularidades das comunidades localizadas na várzea são poucos estudadas e compreendidas por parte da comunidade acadêmica.

As áreas de várzeas, por se tratar de ecossistemas que compõem a região amazônica, caracterizadas por ciclos de inundações e seca, transformam a paisagem. Não obstante, é necessário ir além das características físicas desse ambiente e não apenas considerar a importância da diversidade fitogeográfica e ecológica do meio geográfico. Ou ainda dá destaque tão e somente a manutenção da fauna e flora.

Faz-se necessário dá destaque a população que habita essas áreas há centenas de anos, desenvolvendo trabalho, manejado espécies mediante saberes e técnicas acumulados na tradição e vivência cotidiana bem como suas mudanças e permanências.

Como demonstrado as famílias da comunidade São Ciríaco utilizam a planície de inundação de várias maneiras para se reproduzir no meio geográfico. As famílias desenvolvem variadas atividades agroextrativistas, construindo formas de participação política e relações sociais que garantem a existência reprodutiva da população.

Essas atividades são também estratégias de conservação da natureza que envolve saberes herdados das gerações passadas, estando ligadas pela interação com o meio em que vivem. São as atividades desenvolvidas mediante o uso da terra, da água e floresta que dão condição de autonomia relativa para no meio geográfico se manter cotidianamente na comunidade pescando, plantando, colhendo, criando animais e manejando a natureza necessária a reprodução das famílias.

A pesquisa mostrou que as práticas espaciais realizadas pelas famílias agroextrativistas, para se manter no território, têm foco nas ações sociais e políticas. Essas ações visam a organização comunitária, representada pela Associação Comunitária - ACAPCSCU, e o convívio em comunidade. É o convívio em comunidade que permite as famílias a inserção na coletividade, fortalecendo as lutas e garantindo a apropriação e reprodução no espaço por eles ocupado.

Desta forma, ao estudar as unidades familiares ocupantes da várzea no Baixo Amazonas, importa compreender a interação dos sujeitos com o meio geográficos e a história das famílias ocupantes buscando compreender as contradições experienciadas por eles observando suas lutas para manter a autonomia do seu trabalho mediado pelo seu modo de vida.

## REFERÊNCIAS

.BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Projeto de Assentamento Agroextrativista Urucurituba – Plano de utilização. Santarém, PA – Brasil, Abril de 2010.

\_\_\_\_\_. Projeto Básico de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Agroextrativista Urucurituba. Santarém – Pará – Brasil, 2010.

BENATTI, José Heder. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edição IBAMA/Pro Várzea, 2005.

CANTO, Otávio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia/** Otávio do Canto-Belém: MPEG, 2007.15.

CARDOSO, Alcilene Magalhães. Ordenamento fundiário na várzea de Santarém e seus impactos socioambientais/ Alcilene Magalhães Cardoso. Santarém, 2019.

CASTRO, Fábio de; MCGRATH, David. Moving toward sustainability in the local management of floodplain lake fisheries in the Brazilian Amazon. Human Organization, v. 62, n. 2, p. 123-133, Summer 2003. (ABI/INFORM Global).

CHAYANOV, A. V. (1981). Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In **A questão agrária** (pp. 133-163). São Paulo: Brasiliense.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: (Org) **Geografia: Conceitos e Temas**.5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

Cruz, M. D. J. M. D. (2007). Territorialização camponesa na várzea da Amazônia (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRAXE, T. J.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. **O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade**. Ciência e Cultura, v. 61, n. 3, 2009.

ISAAC, V.J; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Boletim do Museu Emilio Goeldi, Belém, 1995, p. 295-339.

LIMA, D.M (2006) A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In C Adams , R Murrieta & W. Neves (Eds.), **Sociedades caboclas amazônicas: modernidades e invisibilidade** (pp141-168).

MCGRATH, David; GAMA, Antônia Socorro Pena da; BENATTI, Jose Heder.: (Ed.). The Amazon Várzea: the decade past and the decade ahead. London/New York: Springer, 2011.

Mendonça, M. S. D., França, J. F., Oliveira, A. B., Prata, R. R., & Añez, R. B. S. (2007). Etnobotânica e saber tradicional. In T. J. Fraxe, H. S. Pereira & A. C. Witkoski (Eds.), **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais** (pp. 91-105). Manaus: EDUA.

MORÁN, Emilio F. **A Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, coleção ecologia & ecosofia, 1990.

NEVES, D. P. **Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional**. Revista Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 1, p. 67-92, jun. 2009.

PDA Urucurituba. Projeto Básico de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Agroextrativista. PAE Urucurituba, Santarém, PA. Santarém: INCRA/Ipam, 2010.

PEREIRA, H. S. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do Rio Solimões-Amazonas. In: FRAXE, T. J. P; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007, p. 7-52.

RAMALHO, C. W. N. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, n. 2, p. 391-414, maio-ago. 2016. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil.

RUFFINO, M. L. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Manaus: Ibama, 2005.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinatos e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. p. 23-48. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

SURGIK, Ana Carolina Santos. Estudo jurídico para a várzea Amazônica. In: BENATTI, José Heder (org.). **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos.** Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2005.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Identificação e análise dos diferentes tipos de apropriação da terra e suas implicações para o uso dos recursos naturais renováveis da várzea amazônica, no imóvel rural, na área de gurupá. In: BENATTI José Heder (org.) **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos.** Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2005. p. 55-74.

WITKOSKI, A.C. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EdUFAM, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ-UFOPA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-ICED**  
**LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Orientador: Dr. Eneias Barbosa Guedes

Aluna: Dília Maria Castro Reis

**APÊNDICES**

Apêndice 1- Roteiro Guia para a realização de entrevistas semiestruturadas utilizado na pesquisa de campo

I) Identificação do entrevistado:

Nome:

Idade:

Origem:

Profissão:

Data da entrevista:

II) Práticas espaciais no contexto: Relação/ participação da organização na comunidade

Você participa de alguma organização da comunidade? Qual?

Considera importante participar? ( ) sim ( ) não

Se sim ou não, por que?

III) Práticas desenvolvidas na geração de renda e subsistência

Quais as principais atividades desenvolvidas que garantem a subsistência e a renda familiar?

#### IV) Quanto ao uso da natureza nas práticas agroextrativistas

Quais usos você faz da terra, da floresta, dos lagos e rios? Como são feitos?

##### Apêndice 2- Relação/identificação dos entrevistados

<p>Entrevista 1</p> <p>Nome: Maria Luciane da Silva</p> <p>Idade: 39 anos</p> <p>Origem: comunidade São Ciríaco</p> <p>Profissão: Pescadora Artesanal</p> <p>Data da entrevista: 20/09/2023</p>	<p>Entrevista 2</p> <p>Nome: Patrícia Pereira</p> <p>Idade: 38 anos</p> <p>Origem: comunidade Campos do Urucurituba</p> <p>Profissão: Pescadora Artesanal</p> <p>Data da entrevista: 20/09/2023</p>
<p>Entrevista 3</p> <p>Nome: Miracildo Rego</p> <p>Idade: 57anos</p> <p>Origem: comunidade São Ciríaco</p> <p>Profissão: Pescador Artesanal</p> <p>Data da entrevista: 20/09/2023</p>	<p>Entrevista 4</p> <p>Nome: Natalino Mota</p> <p>Idade: 64 anos</p> <p>Origem: comunidade Aninduba</p> <p>Profissão: Aposentado</p> <p>Data da entrevista: 21/09/2023</p>
<p>Entrevista 5</p> <p>Nome: Verlane Maciel</p> <p>Idade: 50 anos</p> <p>Origem: comunidade São Ciríaco</p> <p>Profissão: Pescadora Artesanal</p> <p>Data da entrevista: 22/09/2023</p>	<p>Entrevista 6</p> <p>Nome: Genilson dos Santos</p> <p>Idade: 55 anos</p> <p>Origem: Comunidade São Ciríaco</p> <p>Profissão: Pescador Artesanal</p> <p>Data da entrevista: 22/09/2023</p>

<p>Entrevista 7</p> <p>Nome: Marcelo Augusto dos Santos</p> <p>Idade: 46 anos</p> <p>Origem: comunidade São Ciríaco</p> <p>Profissão: Pescador e Agricultor</p> <p>Data da entrevista: 22/09/2023</p>	<p>Entrevista 8</p> <p>Nome: Bruno da Silva Corrêa</p> <p>Idade: 37 anos</p> <p>Origem: Comunidade Piracãoera de Cima</p> <p>Profissão: Pescador Artesanal</p> <p>Data da entrevista: 23/09/2023</p>
---	--